

## Relatório da Administração

**Senhores Acionistas:** Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Diretoria submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos. São Paulo, 29 de abril de 2026 **A Administração**

## Balancos Patrimoniais | Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024

Ativo	Nota explicativa	2025		2024		Passivo e Patrimônio Líquido Circulante	Nota explicativa	2025		2024	
<b>Circulante</b>											
Caixa e equivalentes de caixa		5	227	2.907		Contas a pagar		9	44.310	41.915	
Ativos financeiros registrados ao custo amortizado		6	76.605	90.203		Impostos e contribuições a pagar		10	643	268	
Outros créditos		8	5.490	3.361		Valores a pagar - ligadas				430	
Despesas antecipadas				5		<b>Total do passivo circulante</b>				<b>44.953</b>	<b>42.613</b>
<b>Total do ativo circulante</b>			<b>82.322</b>	<b>96.476</b>		<b>Patrimônio Líquido</b>				<b>37.369</b>	<b>53.863</b>
<b>Total do Ativo</b>			<b>82.322</b>	<b>96.476</b>		Capital social		13.a	29.635	29.635	
						Reserva de lucros		13.b	7.734	24.228	
						<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>				<b>82.322</b>	<b>96.476</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstrações do Resultado

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024

	Nota explicativa	2025		2024	
<b>Receita Líquida de Serviços Prestados</b>		15	16.846	16.332	
<b>Despesas Operacionais</b>			(11.802)	(14.314)	
Outras despesas administrativas		16	(11.652)	(10.843)	
Outras receitas/despesas operacionais			(150)	(3.471)	
<b>Resultado Operacional</b>			5.044	2.218	
<b>Resultado Financeiro</b>		6	12.496	8.736	
Receita financeira			12.496	8.736	
<b>Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>			17.540	10.954	
Imposto de renda		11	(3.108)	(1.194)	
Contribuição social		11	(1.134)	(439)	
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>			13.298	9.321	
<b>Quantidade de Ações - Média Ponderada</b>		13.a	29.635.000	29.635.000	
<b>Lucro Líquido por Ação - Básico e Diluído - R\$</b>			0,45	0,31	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstrações do Resultado Abrangente

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024

	Nota explicativa	2025		2024	
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>			13.298	9.321	
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado:					
Outros resultados abrangentes			8.014	(847)	
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado:					
Outros resultados abrangentes			3.772	(2.480)	
<b>Resultado Abrangente Total do Exercício</b>			21.084	15.594	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024

	Nota explicativa	2025		2024	
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>			13.298	9.321	
Lucro líquido do exercício			13.298	9.321	
Ajustes ao lucro líquido			8.014	(847)	
Juros apropriados			3.772	(2.480)	
Imposto de renda e contribuição social		11	4.242	1.633	
Variações patrimoniais:					
Redução (aumento) de outros créditos e valores a receber			(6.188)	(1.716)	
Redução (aumento) de despesas antecipadas				(2)	
Aumento de contas a pagar			(26.077)	1.475	
Aumento (redução) de impostos indiretos e contribuições a pagar			2.198	1.165	
Impostos e contribuições pagos			(3.751)	(3.851)	
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais			(12.506)	5.545	
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento</b>					
Redução (aumento) em ativos financeiros ao custo amortizado			9.826	(3.172)	
Caixa líquido gerado pela (aplicado nas) atividades de investimento			9.826	(3.172)	
<b>Aumento Líquido (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>			(2.680)	2.373	
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		5	2.907	534	
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício		5	5.227	2.907	
<b>Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>			(2.680)	2.373	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## 15 Receita Líquida de Serviços Prestados

	2025	2024
Receita gestão de fundos de investimento - empresas ligadas	10.179	12.717
Receita gestão de carteiras de empresas ligada	8.148	5.991
Receita gestão de fundos de investimento de terceiros	64	—
Impostos incidentes sobre faturamento (ISS, PIS e COFINS)	(2.299)	(2.176)
<b>Total</b>	<b>16.846</b>	<b>16.332</b>

## 16 Outras Despesas Administrativas

	2025	2024
Despesas com serviços de alocação e rateio - Banco Morgan Stanley S.A. (1)	3.601	3.288
Despesas de pessoal	5.190	4.823
Despesas com representação	577	612
Despesas de serviços de auditoria	80	109
Despesas com informações de mercado	63	60
Despesas de consultoria	37	36
Despesas de viagens	972	1.058
Despesas de aluguel e condomínio	567	416
Outras	565	430
<b>Total</b>	<b>11.652</b>	<b>10.843</b>

(1) Referem-se a despesas de alocação de pessoal.

## 17 Outras Despesas e Receitas Operacionais

Refere-se a despesas com ajuste compensatório de preço de transferência, no montante de R\$ 150 (R\$ 3.471 em 2024).

## 18 Gestão de Riscos e Instrumentos Financeiros

**a) Considerações gerais e política:** A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo derivativos, quando aplicável, todos registrados em contas patrimoniais que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, somente foram contratadas aplicações financeiras cujos valores registrados representam os seus valores justos. Estima-se que os valores a receber com ligadas e o contas a pagar, registrados as valores contábeis, estejam próximos aos seus valores justos, dado que não foram identificadas variações significativas nas condições de mercado. A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definições estratégicas e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorado pela Administração da Companhia. As aplicações financeiras são efetuadas junto ao Banco Morgan Stanley S.A., empresa de relação com a Companhia. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia não possui nenhuma operação em aberto de instrumentos financeiros derivativos. **b) Gestão de Risco:** O risco operacional, de mercado, liquidez e crédito estão compreendidos na estrutura de gestão de riscos da Morgan Stanley Brasil. **i. Risco operacional:** Risco Operacional é definido como risco de perda ou danos reputacionais ao Morgan Stanley resultante de falha ou inadequação de processos, pessoas e sistemas ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal e exclui o risco estratégico. O Departamento de risco operacional do Conglomerado Morgan Stanley estabeleceu sua estrutura de gerenciamento de risco operacional de acordo com as Políticas do Morgan Stanley e regulamentação local vigente. A estrutura de gerenciamento estabelece papéis e responsabilidades, através de um processo de governança local e em Nova Iorque, prevê procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos operacionais que inclui o processo de autoavaliação de riscos e controles, captura e registro de incidentes de risco operacional e monitoramento de ações corretivas, além de um processo de comunicação estruturado. As atividades de gerenciamento de risco e seus ferramentas são compatíveis com a natureza e complexidades dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas implementados pelo Conglomerado Morgan Stanley. **ii. Risco de mercado:** O risco de mercado é uma parte inerente das atividades de mercado do Conglomerado Morgan Stanley. O risco de mercado refere-se ao risco de uma ou mais mudanças nos níveis de preços de mercado, taxas de juros, índices, volatilidades ou outros fatores de mercado, que possam resultar em perdas para uma posição ou carteira do Conglomerado Morgan Stanley. O risco de mercado também inclui o Risco das Taxas de Juros na Carteira Bancária ("IRRB") que é definido como o risco de uma mudança nas taxas de juros que possam resultar em mudanças de capital ou receitas futuras de ativos e passivos das exposições de não-negociação do Conglomerado Morgan Stanley. A Diretoria do Conglomerado Morgan Stanley aprova a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado e conta com as Políticas do Morgan Stanley e regulamentação local vigente. A estrutura de gerenciamento estabelece papéis e responsabilidades, através de um processo de governança local e em Nova Iorque, prevê procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos operacionais que inclui o processo de autoavaliação de riscos e controles, captura e registro de incidentes de risco operacional e monitoramento de ações corretivas, além de um processo de comunicação estruturado. As atividades de gerenciamento de risco e seus ferramentas são compatíveis com a natureza e complexidades dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas implementados pelo Conglomerado Morgan Stanley. **iii. Risco de liquidez:** O risco de liquidez, inerente das atividades bancárias do Conglomerado Morgan Stanley, é o risco de que a instituição não seja capaz de honrar suas obrigações financeiras em tempo hábil ou liquidar seus ativos a um preço justo de mercado. O risco de liquidez engloba os riscos associados às captações em períodos de crise desencadeados por mudanças inesperadas nas necessidades de recursos ou incapacidade de realizar novos financiamentos. **iv. Risco de crédito:** O Departamento de Gerenciamento de Risco de Crédito é responsável por avaliar, classificar e definir limites às Contrapartes da Instituição, além de monitorar e gerenciar riscos decorrentes de exposições relacionadas a essas contrapartes. Quando existentes, o departamento também avalia, monitora e gerencia riscos de operações de empréstimos e financiamento. O Risco de Crédito é medido através da probabilidade de inadimplemento da contraparte, que ocorre quando ela não efetua o pagamento de suas obrigações contratuais no vencimento. A mitigação do risco de crédito ocorre por meio de mecanismos de acompanhamento contínuo e de estruturas de controle adequadas ao perfil da contraparte, levando em consideração sua situação financeira e a natureza da relação estabelecida. Os valores apresentados no balanço patrimonial representam a exposição máxima ao risco de crédito à qual a Companhia está sujeita em 31/12/25, sendo tais exposições mantidas, em sua maioria, com parte relacionada (vide Nota Explicativa nº 6 - Ativos Financeiros Registrados ao Custo Amortizado). O relatório detalhado da estrutura de gerenciamento de riscos pode ser encontrado em <https://www.morganstanley.com.br/sobre/nosso-generciamento-de-riscos-e-de-capital>, que não faz parte dessas demonstrações financeiras.

## 19 Evento Subsequente

A Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma operação, contingência ou evento que possa ter impactado suas demonstrações financeiras após o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

## Diretoria

<b>Alessandra Cristiane Visioli Konda</b>	<b>Guilherme Marques da Silva</b>
<b>Ariane Jaremcuk Silva</b>	<b>Haroldo de Oliveira Faria Leite</b>
<b>Diogo Scuta Fagliari</b>	<b>Henrique Teixeira Carneiro</b>
<b>Elaíne Aparecida de Souza Oliveira</b>	<b>João Vicente Coutello Camarota</b>
<b>Fábio Sarabia</b>	<b>Maria Goreti Kafer</b>

## Contadora

Ana Maria Siqueira de Moura - CRC 1SP130097/O-6

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024

### 1 Contexto Operacional

A Morgan Stanley Administradora de Carteiras S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado que atua no país na gestão de recursos detidos por Empresas do Grupo Morgan Stanley, conforme autorização concedida no Ato Declaratório da Comissão de Valores Mobiliários - CVM nº 5.639, de 16 de setembro de 1999. Sendo seu acionista controlador, a partir de 1º de outubro de 2021, a Morgan Stanley International Holdings Inc., que incorporou Morgan Stanley Latin America Incorporated, empresa sediada nos Estados Unidos, e sua sede é na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.600 - 6º andar, São Paulo - SP, Brasil. As operações são conduzidas num contexto integrado entre as Empresas do Grupo Morgan Stanley e seus principais clientes são empresas do próprio grupo e os fundos de investimento onde aplicam seus recursos e efetuam suas transações. Os benefícios dos serviços prestados entre essas empresas e as despesas da estrutura operacional e administrativa são definidos considerando a prática e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente, além de existir uma vinculação muito forte com a razão social.

### 2 Elaboração das Demonstrações Financeiras

**2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, de acordo com a Lei 11.638/07 e lei 11.941/09 e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. **2.2. Base de Elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto, quando aplicável, por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contrapartidas pagas em troca de ativos. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pela diretoria em 29 de abril de 2026.

### 3 Políticas Contábeis Materiais

As políticas contábeis materiais descritas abaixo foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. As políticas contábeis materiais são as seguintes: a) Reconhecimento das receitas. A Companhia segue a orientação de cinco etapas para reconhecer a receita de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente: (1) identificar o(s) contrato(s) com um cliente; (2) identificar as obrigações de desempenho no contrato; (3) determinar o preço da transação; (4) alocar o preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (5) reconhecer a receita quando (ou a medida que) a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho. A receita de prestação de serviços é mensurada pelo justo do pagamento do principal e o justo sobre abatimento de valores a pagar, deduzida de quaisquer estimativas de descontos e bonificações concedidos e outras deduções similares. As receitas de prestações de serviços referem-se a comissões auferidas pela gestão de fundos de investimentos e carteiras de valores mobiliários, pertencentes ao Grupo Morgan Stanley e são reconhecidas pelo regime de competência. A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetivo sobre o montante do principal em aberto, b) Juros e equivalentes de caixa. Para fins das demonstrações de fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e às aplicações financeiras com conversibilidade imediata, com risco insignificante de alteração do valor justo, com prazo original igual ou inferior a 90 dias e que sejam destinados ao atendimento de compromissos de curto prazo. c) Instrumentos financeiros: A companhia pode classificar os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA – Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). Essa classificação é realizada através da análise do modelo de negócios em conjunto com o teste SPPI. - Modelo de negócios: configura a maneira pela qual a empresa administra seu ativo financeiro para gerar fluxos de caixa. O objetivo da Administração para um determinado modelo de negócio, é: (i) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais; (ii) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais e venda; ou (iii) manter os ativos para negociação. Quando os ativos financeiros se enquadram nos modelos de negócios (i) e (ii) deve-se aplicar o teste SPPI (somente pagamento de principal e juros, do inglês Solely Payment of Principal and Interest) - Teste SPPI: O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como pagamento de principal e juros sobre o montante principal. Os instrumentos financeiros que não se enquadram no conceito mencionado acima são mensurados a VJR, como por exemplo, os derivativos. I. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Todos os instrumentos financeiros que não atendam aos critérios de mensuração ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como mensurados ao VJR, além daqueles instrumentos que no reconhecimento inicial são irrevogavelmente designados ao VJR, caso isso elimine ou reduza significativamente descasamentos contábeis. Os instrumentos financeiros mensurados a VJR são registrados e avaliados imediatamente no resultado. Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR. Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período. Instrumentos financeiros obrigatoriamente classificados como valor justo por meio do resultado (VJR): Instrumentos financeiros mantidos para negociação: Os instrumentos financeiros mantidos para negociação incluem ativos e passivos financeiros adquiridos com o propósito de venda ou recompra em um curto prazo de tempo ou é parte de uma carteira para o propósito de venda. São reconhecidos no balanço e o custo da categoria inclui também todos os contratos Derivativos. Os instrumentos financeiros mantidos para negociação, incluindo todos os contratos de Derivativos, são inicialmente registrados ao valor justo. Mudanças subsequentes no valor justo, variação cambial, juros e dividendos são refletidos no resultado da Companhia. A Companhia não possuía ativos classificados nesta categoria em 31 de dezembro de 2025. II. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: São instrumentos financeiros que atendam ao critério do teste SPPI, cujo objetivo seja tanto manter os ativos de receber e o fluxo de caixa contábil quanto para venda. São reconhecidos inicialmente ao valor justo e mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. O resultado das perdas associadas ao risco de crédito, receita de juros e ganhos e perdas de variação cambial são registrados no resultado. A Companhia não possuía ativos classificados nesta categoria em 31 de dezembro de 2025. III. Instrumentos financeiros ao custo amortizado: Ativos financeiros são reconhecidos pelo custo amortizado quando o montante de caixa contábil excede o custo amortizado. São reconhecidos inicialmente ao custo amortizado e o teste SPPI do valor do ato até a data de seu vencimento. Esses ativos são reconhecidos, quando o Banco se torna parte das disposições contratuais. Os instrumentos são, inicialmente, mensurados ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado deduzido do montante referente a expectativa de perda do instrumento. d) Passivo circulante: São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos encargos contábeis, proporcionais ao período decorrido até a data do balanço. e) Provisões e obrigações legais: As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou contratual) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cujo desembolso de caixa seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. f) Provisões para riscos: A probabilidade de perda das ações judiciais é calculada por avaliação jurídica independente e constituída com base na melhor avaliação e estimativa da Administração. Para as contingências com probabilidade de perda possível e remota não são constituídas provisões para riscos. g) Imposto de renda e contribuição social: A provisão para Imposto de Renda foi constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real anual, cujo desembolso é de R\$ 240 mil. A provisão para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido foi constituída à alíquota de 9%. h) Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras estão apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia.

### 4 Novas Normas, Alterações e Interpretações de Normas

**Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025:** As alterações das normas que entraram em vigor durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram avaliadas pela Administração, não gerando impactos nas demonstrações financeiras. **Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros:** Novo IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras A nova norma, emitida em abril de 2024, substitui o IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras e introduz novas exigências para melhorar a divulgação do desempenho financeiro das empresas, tais como: Três categorias definidas para receitas e despesas - operacional, investimentos e financiamentos e - novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional; Divulgação de informações sobre indicadores específicos da empresa relacionados à demonstração de resultado, denominados medidas de desempenho definidas pela administração; Orientações aprimoradas quanto à organização das informações e se elas devem ser fornecidas nas demonstrações financeiras primárias ou nas notas; Maior transparência para as despesas operacionais; e Requisitos específicos sobre como as empresas, tais como bancos e seguradoras, classificam as receitas e despesas na categoria operacional. O IFRS 18 entrará em vigor em 1º de janeiro de 2027. A organização está avaliando o impacto das nova norma. Emendas à IFRS 7 "Instrumentos Financeiros": As divulgações ("IFRS 7") foram emitidas pelo IASB em maio de 2024 para aplicação retrospectiva em períodos anuais a partir de 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada. O organização está atualmente avaliando o impacto das emendas à IFRS 7 em suas demonstrações financeiras.

### 5 Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo da conta "Caixa e equivalentes de caixa" no montante de R\$ 227 (R\$2.907 em 2024) é representado por saldos de depósitos em bancos privados em moeda nacional, sem remunerações atreladas.

## Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da **Morgan Stanley Administradora de Carteiras S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Morgan Stanley Administradora de Carteiras S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Morgan Stanley Administradora de Carteiras S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor" pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequação apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os

assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecte os eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e

respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de abril de 2026

## DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Audítores Independentes Ltda.

CRC nº 2 SP 011609/O-8